



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**7 de novembro**  
**de 2019**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
<b>O ESTADO DO MARANHÃO</b>					
EDITORIA					
Alternativo - Pergentino Holanda					
DATA	7 / 11 / 2019	PÁG.	2	Gerada	Positiva

---

## Mortes violentas

O Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público sedia, hoje e amanhã, seminário sobre "Mortes Violentas de Adolescentes e Jovens em São Luís". O evento é promovido pelo Ministério Público, em parceria com as secretarias municipais da Criança e Assistência Social, Educação, Saúde, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos e Unicef.

---



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	7 / 11 / 2019	PÁG.	7	Gerada	Positiva

## Barra do Corda Irregularidades em licitação levam à proposição de ACP contra sete pessoas

A 1ª Promotoria de Justiça de Barra do Corda ingressou, em 30 de outubro, com uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra sete pessoas e uma empresa envolvidas em irregularidades em um processo licitatório, realizado em 2012, para a construção de Unidades Básicas de Saúde da Família. Figuram na ação João Pedro Freitas da Silva Filho, Valdeni Silvino da Silva, Maria Ildinar Jacauna de Sousa, Francisco Helder Milhomem Chaves, Tamara Maria Pinto Oliveira (responsáveis pelo processo licitatório), a Construtora Priscila Ltda. e seus responsáveis, Maria de Lourdes Sousa da Silva e Severino Rodrigues Barbosa.

A tomada de preços nº 003/2012 foi vencida pela Construtora Priscila Ltda. e resultou na assinatura de um contrato no valor de R\$ 530.836,26 para a construção das Unidades Básicas de Saúde da Família nos bairros Tresidela e Vila Nenzin. A Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça, no entanto, apontou uma série de irregularidades no processo.

Um dos problemas encontrados foi a falta de uma série de documentos obrigatórios, de acordo com a Lei de Licitações (8.666/93). Também não constam parecer jurídico ou Documento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Além disso, o edital da licitação foi assinado por Valdeni da Silva, presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e não pela autoridade competente, como prevê a legislação. Outro ponto é o fato de que o extrato do contrato foi assinado em 12 de julho de 2012, mas foi publicado somente no dia 23 de outubro de 2012.

De acordo com o promotor de justiça Guaracy Martins Figueiredo, a Construtora Priscila Ltda. foi a única empresa a apresentar proposta de preços, o que poderia ter suscitado na CPL a necessidade de deliberação de um novo processo licitatório, garantindo o respeito aos princípios da impessoalidade e da eficiência, além de proporcionar ampla concorrência, evitando favorecimento à empresa contratada.

Na Ação, o Ministério Público requer a indisponibilidade dos réus, além da condenação de todos por improbidade administrativa. Entre as penalidades previstas estão o ressarcimento integral dos

danos, perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos por oito anos.

Os envolvidos também estão sujeitos ao pagamento de multa de duas vezes o valor do dano

ou de até 100 vezes o valor da remuneração recebida pelos agentes públicos na época dos fatos e à proibição de contratar ou receber benefícios do poder público pelo prazo de cinco anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Cidades				
DATA	7 / 11 / 2019	PÁG.	5	

# Invasão: famílias constroem moradias no Sítio Santa Eulália

Local é conhecido como Recanto do Buriti, que já tem mais de 30 anos; parte mais alta foi ocupada há pouco tempo por famílias vindas de diversas regiões da Ilha; outra parte do sítio já havia sido invadida há muitos anos

**A** área do Sítio Santa Eulália, localizado às margens da Via Expressa e Avenida Professor Carlos Cunha, em São Luís, está sendo ocupada por outras famílias. No meio da vegetação, casas de barro e de madeira estão sendo construídas. Segundo apurado por O Estado, esse processo começou há quase um ano, mas novos habitantes chegam frequentemente e erguem suas moradias, de forma improvisada. Neste ano, já ocorreram duas operações policiais em outra parte da região, pois pessoas estavam demarcando terrenos.

O local onde as casas estão sendo construídas é conhecido como Recanto do Buriti, que começou a ser formado há mais de 30 anos. Os moradores mais antigos disseram a O Estado que os primeiros grupos fizeram suas moradias na parte mais baixa do terreno. Com o passar dos anos, novas pessoas entraram no Sítio Santa Eulália e levantaram suas casas na parte mais alta. Hoje, a comunidade é preenchida por mais de 90 imóveis.

Desde então, começaram conflitos com a União, que seria a proprietária do terreno, de acordo com informações de moradores ouvidos, que não quiseram se identificar. "Há mais de 20 anos, tratores foram enviados para cá, para derrubar as casas, mas não conseguiram. De lá para cá, não teve mais essa ameaça, mas o caso ainda está no Justiça", contou um homem que reside no Recanto do Buriti praticamente desde a primeira ocupação.

Segundo ele, o local mais alto do Sítio começou a ser ocupado há pouco tempo. São pessoas de várias áreas da região metropolitana de São Luís, que fugiram do pagamento de aluguel, por causa da situação financeira, como foi informado pelos ocupantes. Uma das famílias que está residindo nessa área invadida mais recente chegou ao terreno há um mês. É um casal com dois filhos, que veio do Povoador São Raimundo, zona

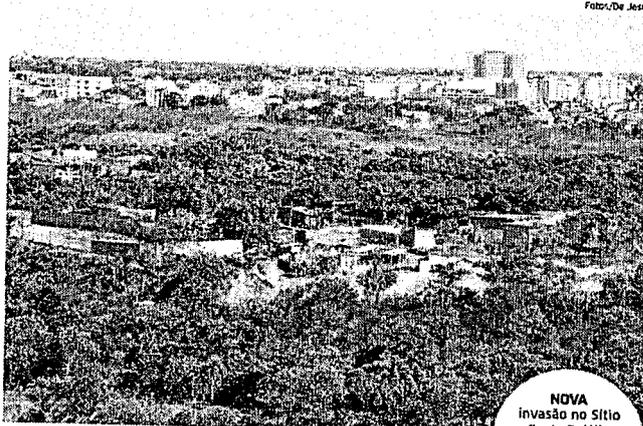
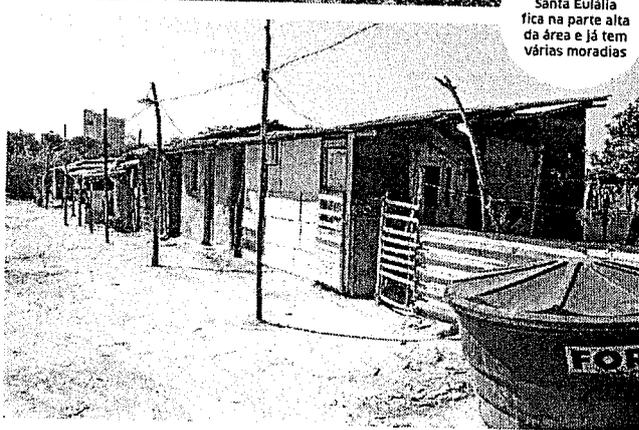


Foto: De Jesus



NOVA invasão no Sítio Santa Eulália fica na parte alta da área e já tem várias moradias

rural de Presidente Juscelino, na Região do Murim.

## Recanto do Buriti

A nova parte ocupada possui duas ruas. Uma delas é a Rua do Cacoieiro, nome colocado por um dos moradores. O trecho fica em terreno íngreme e repleto de poeira. As casas estão já numeradas com tinta. Para ter acesso ao Recanto

do Buriti, existem três caminhos: pela Via Expressa, pela Avenida Carlos Cunha (uma estrada de terra localizada em frente ao prédio da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão) e pelo Cohafuma.

Pelo Cohafuma, o acesso é feito por meio de uma pequena ponte de madeira, que foi colocada pelos próprios moradores. A nova ocupa-

ção, que é uma espécie de "vila", é composta de comércio, que são conhecidos no local como "quitandas".

O Estado tomou conhecimento que a área pertenceria ao Instituto Previdenciário do Estado. Por este motivo, uma nota foi solicitada ao Governo do Maranhão. Contudo, não houve resposta até o fechamento desta edição.

## Operações na área

No primeiro semestre deste ano, ocorreram duas operações da polícia na Área de Preservação Permanente (APP) do Sítio Santa Eulália, após um grupo ter invadido o local para montar casebres e formar uma comunidade. Na vegetação, que teve uma parte desmatada, há várias linhas de demarcação. Seis pessoas foram conduzidas por crime ambiental. A primeira ação aconteceu no dia 17 de março.

Havia várias partes demarcadas, que pareciam lotes. Em alguns pontos do solo, os policiais encontraram roupas velhas e outros objetos, como uma mochila, escovas de dente e pentes, ainda resquícios da então recente ocupação do grupo, que teria saído de diversas partes da região metropolitana para residir no Sítio Santa Eulália, cometendo, assim, crime ambiental.

Na semana anterior, outra operação policial havia sido realizada, à noite, por volta das 19h, pelo 8º Batalhão de Polícia Militar (BPM), quando foram presos Rooney Sôlvio Fonseca, de 29 anos; Decinaldo Lima Ferreira, 40; Hudson Ricardo da Silva Oliveira, 32; Maria Telma dos Santos, 39, e Leila Lima Azevedo, 35. Um adolescente de 17 anos também foi conduzido pelas equipes.

Os policiais apreenderam dois facões, uma foice, um cavador, um veículo Ford Ka vermelho, de placa NHH-5994, e uma motocicleta de cor preta, de placa OJF-8118. Nessa operação, também participaram o Batalhão de Choque e o Centro Tático Aéreo (CIA), que sobrevooou a área.

**Área de Preservação Permanente**  
Conforme definição da Lei n. 12.651/2012, Área de Preservação

Permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

A Lei 12.651/2012 (Art. 61-A) estabelece que nas Áreas de Preservação Permanente é autorizado a continuidade das atividades agrícolas, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. Contudo, a continuidade das atividades acima em uma APP, como de uso consolidado, é dependente da adoção de boas práticas de conservação de solo e água, uma vez que se trata de áreas com diversas fragilidades ambientais, demandando manejos diferenciados aos reservados às áreas produtivas fora das APPs.

Para efeito de recomposição de algumas categorias de APP em áreas consideradas consolidadas, a Lei 12.651/2012 estabelece regras transitórias, indicando as dimensões mínimas a serem recompostas com vistas a garantir a oferta de serviços ecossistêmicos a elas associados. A aplicação de tais regras leva em consideração o tamanho da propriedade em módulos fiscais e às características associadas às APPs (ex: largura do curso d'água; área da superfície do espelho d'água).●

## NA WEB

Bomba de posto é lacrada após denúncia  
estadoma.com/475534



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Política

DATA	7 / 11 / 2019	PÁG.	3		
------	---------------	------	---	--	--

## Vereadores citam uso “político” em denúncias sobre emendas

Parlamentares como Raimundo Penha (PDT) e Marquinhos Silva (DEM) defenderam a Câmara Municipal de São Luís acerca das possíveis irregularidades; tema protagonizou debates na sessão de ontem

THIAGO BASTOS  
Da editoria de Política

Vereadores cujos nomes estariam ligados ao envio de emendas a institutos investigados na “Operação Faz de Conta” da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão (MPMA) citaram “uso político” e se defenderam das acusações de uso irregular de verbas públicas. Dos sete parlamentares que direcionaram recursos às instituições, apenas Raimundo Penha (PDT), Aldir Júnior (PR) e Joãozinho Freitas (PTB) se manifestaram.

A “Operação Faz de Conta”, que ocorreu na terça-feira, 5, apura possível uso de documentos (atestados e outros) pelos institutos Periferia e Social Renascer para benefício na celebração de convênios com secretarias municipais de São Luís. Dados do Portal da Transparência apontam que os dois órgãos receberam, juntos, R\$ 1,9 milhão da Secretaria Municipal de Desportos e Lazer (Semdel) entre 2018 e 2019.

O Estado procurou durante todo o dia de ontem os vereadores Paulo Victor (PTC) e Francisco Chaguinhas

MAIS

### Apuração

No Grande Expediente, o vereador Astro de Ogum (PL) também citou o caso e disse que o caso precisa ser apurado, mas com respeito entre os poderes Legislativo e Executivo. “Se tem alguma coisa errada, que seja

(PP) que não foram localizados. Já Ricardo Diniz (PRTB) e Josué Pinheiro (PSDB), por telefone, preferiram não se pronunciar. O assunto protagonizou os debates na última sessão plenária da Câmara de São Luís ontem.

O primeiro a usar a palavra foi o vice-líder do Governo Municipal na Casa, Raimundo Penha. De acordo com ele, uma emenda parlamentar de sua autoria no valor de R\$ 50 mil foi remetido ao Instituto Periferia para o apoio do Arraial da Cidade Operária. Segundo o pedetista, na ocasião, todos os requisitos foram cumpridos.

apurada”, disse. O presidente da Mesa Diretora, Osmar Filho (PDT), não esteve na sessão. De acordo com a assessoria, ele estava cumprindo agenda fora resolvendo questões pertinentes à Câmara.

A indicação foi promovida devido ao fato do conselho comunitário do bairro não dispor à época dos documentos necessários. Penha disse ainda que a citação aos institutos se referem a uma possível fraude na emissão de certidão do MP para celebração de convênio junto à Prefeitura de São Luís.

O vereador disse ainda na tribuna que foi um equívoco a divulgação dos demais nomes dos parlamentares no caso e mencionou possível uso político do caso. “Em nada foi citado nenhum vereador. A investigação é sobre as entidades. Dai a concluir que o parlamentar sabia, vai uma

grande distância [...] As eleições já começaram?”, disse.

Outro parlamentar que comentou o caso foi Marquinhos (DEM). Ele, que não encaminhou emendas para os dois institutos, defendeu os colegas e disse que há uma força grande para jogar a classe política na “vala comum”. Segundo ele, é obrigação de toda a Casa evitar este processo.

### Outros se defendem

A O Estado, o vereador Aldir Júnior disse que seu nome não está ligado a qualquer prática delitosa. “É inadmissível tentar vincular meu nome a qualquer prática criminosa. Tenho um nome a zelar e jamais compactuei ou compactuarei com qualquer ação que fuja da legalidade. Tentam macular um trabalho árduo, sério e isso eu jamais vou permitir”.

Já o vereador Joãozinho Freitas afirmou que o seu sigilo bancário está aberto. “Estão nos tratando de uma forma que não acho justa. Sou um homem honesto, com uma história de luta, na comunidade. Nunca faria algo que envolvesse meu nome com qualquer ilicitude”, afirmou. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

7 / 11 / 2019

PÁG.

6

# Quilombolas vão ao Incra reivindicar titulação de terras no Maranhão

Membros de 37 quilombos chegaram à sede do Incra-Ma na terça-feira; ativistas participaram de reunião com representantes do órgão; desde 2011, reivindicações vêm sendo cobradas pelos grupos atuantes na causa

**E**m reivindicação à regularização de territórios em diversas regiões do estado, ativistas vinculados ao Movimento Quilombola no Maranhão (Moquibom) estiveram, na manhã de ontem, 6, na superintendência estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-MA), em São Luís, onde reuniram-se com representantes do órgão para discutir o tema. A titulação, que vem sendo requerida desde 2015, deveria ter ocorrido até o ano passado, mas cortes orçamentários e de pessoal inviabilizaram a conclusão do processo, de acordo com o órgão.

Os representantes de 37 quilombos localizados em sete municípios maranhenses ocuparam a entrada do prédio onde, atualmente, funciona o Incra-MA para cobrar medidas acordadas há quatro anos, que determinavam a elaboração Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) - documento que respalda a ocupação dos territórios quilombolas. Os manifestantes chegaram ao prédio na noite de terça-feira, 5, e permaneceram até a manhã de ontem (6), quando foram recebidos pelo superintendente interino do órgão.

As reivindicações não são novas e, desde 2011, vêm sendo cobradas pelos grupos atuantes na causa. Em 2015, um acordo foi firmado entre representantes de quilombos e o Incra-MA para que, até 2018, fossem concluídas as titulações de, pelo menos, 22 dos 72 territórios pertencentes a quilombos que ainda não foram regularizados no estado. De acordo com Rafael Silva, advogado da Comissão Pastoral da Terra, entidade que apoia os quilombolas, as exigências são baseadas em disposições da Constitui-



Quilombolas se reuniram ontem, no Incra, para cobrar os acordos firmados desde 2015, e garantir títulos

ção e, por isso, legítimas.

"Esta é uma pauta que envolve dezenas de comunidades quilombolas do Maranhão, articuladas pelo Moquibom, com articulações que se iniciaram em 2011, para que o Incra cumpra a fase administrativa dos estudos que vão fazer a identificação dos territórios quilombolas. Isso é um dever da União, definido pela Constituição Federal e pelo Decreto 4.887, de 2003, que regulamenta esse processo e garante a titulação dos territórios quilombolas", esclareceu.

## Área remanescentes

A titulação das terras e o reconhecimento legal dos territórios atesta que as comunidades quilombolas ocupam áreas remanescentes de escravos, medidas capazes de minimizar conflitos com fa-

zendeiros, empresários, grileiros e latifundiários. Para os quilombolas esta é uma forma de garantir a própria subsistência e livrar-se de invasões, ameaças e, até mesmo, mortes, como destacou a quilombola Emília Costa, do quilombo Santo Antônio do Costa, localizado em São Luís Gonzaga do Maranhão.

"A ineficiência do Incra tem gerado vários conflitos em áreas de quilombos, ameaças de morte e até morte nos territórios, porque temos de brigar com fazendeiros, com grandes empresas de mineração porque não temos a titulação de nossos territórios. Isso afeta bruscamente nossa maneira de viver, pois precisamos das águas, das florestas que, muitas vezes, estão em poder de outras pessoas que se dizem proprietários e nos impe-

dem de andar nesses territórios e a gente não pode plantar, não pode colher e acabamos dependendo de políticas públicas como o Bolsa Família", contou.

Apesar do acordo, a titulação não foi concluída pois, de acordo com o superintendente interino do Incra-MA, Rui Alcides dos Santos, outros 400 processos do tipo tramitam no órgão que não conta com equipes nem orçamento financeiro suficiente para cobrir os gastos demandados pela regularização dos territórios. Ainda segundo o representante, a instituição vem fazendo o possível para concluir as demandas, mas, devido às dificuldades administrativas, não pode definir um prazo para a conclusão do processo.

"Essa pauta é de 2015 e ela contemplou um número muito gran-

## QUILOMBOS MARANHENSES

As comunidades quilombolas surgiram a partir da formação de quilombos, considerados um local de refúgio dos africanos e seus descendentes escravizados, bem como de sua reorganização com a abolição da escravidão. No Maranhão, a história da formação das comunidades quilombolas está relacionada a expansão da lavoura de algodão e de arroz no final do século XVIII, com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, bem como ao abandono de terras por proprietários rurais, com a decadência econômica no final do século XIX. No ano de 2018, existiam 713 comunidades quilombolas reconhecidas no Maranhão, com 518 certidões fornecidas pela Fundação Cultural Palmares, concentradas especialmente na Baixada Maranhense e nos vales do Itapecuru e do Mearim. No entanto, tais comunidades enfrentam diversas dificuldades, como conflitos rurais por disputa de terras com fazendeiros, divisão da produção agrícola com donos de terras, vulnerabilidade socioeconômica, dificuldade de acesso a serviços básicos.

### Movimento quilombola

Tantos os moradores de terras formadas por antigos quilombos como de comunidades negras formadas a partir do fim da escravidão buscaram se organizar, com o surgimento de movimentos negros a partir dos anos 1970. Com a Constituição de 1988, e seu art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garantindo a propriedade definitiva das terras aos remanescentes de quilombos que as estejam ocupando, as comunidades negras ganharam uma atenção maior em seu processo de luta por reconhecimento para titulação das terras e acesso a serviços como educação e saúde.

de de territórios, mas o Incra não tem pessoal e ficou muito tempo sem recursos para conduzir essas demandas. Infelizmente foi um acordo que não poderia ser cumprido em três anos. Nós fizemos uma repactuação e, ainda assim, ficou difícil para o órgão honrar seus compromissos por conta das restrições orçamentárias. Mas nós estamos com equipes em campo, estamos trabalhando nesses territórios e infelizmente não podemos concluí-los dentro do prazo que

eles querem nem precisar um prazo de cumprimento", explicou.

Além de São Luís, as manifestações ocorreram em outros dois estados do país - Bahia e Rio Grande do Norte -, integrando uma articulação nacional de luta e em defesa dos quilombos brasileiros. ■

VIDEO NA  
VERSÃO DIGITAL

estadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Caderno 2

DATA

7 / 11 / 2019

PÁG.

1

# Movimentos quilombolas cobram titulação de terra no Incra em São Luís

*A demora na demarcação dos territórios, segundo as lideranças dos quilombos, abre margem para invasores e violência nas comunidades*

**AIDÉ ROCHA**  
ESPECIAL PARA O JP

Representantes de diversos movimentos quilombolas de todo Maranhão estiveram mobilizados, do início da noite de terça-feira (5) até a tarde de ontem (6), na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no bairro do Turu, em São Luís. No local, em torno de cinquenta pessoas acamparam com o objetivo de cobrar do governo federal os acordos que tratam sobre titulação das terras e mais rapidez nos processos. A mobilização é comandada pelo Movimento Quilombola da Baixada Ocidental Maranhense (Moquibom) com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O cumprimento do acordo de conclusão dos 72 relatórios Técnico de identificação e delimitação (RTID), feito em 2015 e que deveria ser concluído até 2018, é alvo das principais reclamações dos quilombolas. Segundo eles, desde 2011 demandas firmadas com o Incra seguem inertes. Naildo Braga, que representa o quilombo São Raimundo, situado no município de Santa Helena, explicou que a alegação é sempre que não há recurso e nem material humano para exercer as tarefas para titulação das terras. "A pauta está desde 2011, mas não tem andamento. A gente tem esse acordo de 2015 que era pra titular 72 territórios, mas nenhum desses processos foi concluído. Nós continuamos sem garantias de um direito que é nosso. A gente só quer que isso se resolva", disse. A comunidade quilombola São Raimundo representada por Naildo possui 73 famílias, que integram um território

identificado como Pau Pombo. Nessa região, mais outras cinco comunidades aguardam a titulação de terras pelo Incra já possuem certificados pela Fundação Palmares. São cerca de 500 famílias somente nessa localidade. Na manhã de ontem (6), a equipe do Jornal Pequeno acompanhou a reunião entre os quilombolas e o superintendente do Incra, Rui Alcides dos Santos. Na ocasião, foram apresentadas ao gestor todas as demandas e exigências das comunidades, que também ficaram a par da situação dos processos. De acordo com o gestor do órgão, o acordo feito pelo Incra com eles em 2015, que contou com a presença do Ministério Público Federal (MPF), foi extremamente ambicioso e não conseguiu ser cumprido conforme o combinado, considerando a complexidade do processo. "Já avançamos bastante, fizemos alguns relatórios antropológicos, mas depois tem que ser feito o RTD para depois sair o decreto. Não foi possível atingir esse objetivo. O país está em crise, não temos recursos nem técnicos suficientes para fazer esse trabalho", destacou. Ainda segundo o superintendente, não há previsão para a titulação desses territórios. "Nós temos 400 processos em curso e estamos priorizando as decisões judiciais, porque o Incra está sendo multado por não cumprimento dessas decisões. A ideia é rever esse acordo feito com os quilombolas", pontuou. **MEDO DA VIOLÊNCIA** A falta de garantias nas terras em que os quilombolas vivem deixa as comunidades ainda mais alertas. A demora na demarcação e titulação abre margem para invasores, assim como ocorreu na



FOTOS: GILSON FERREIRA

Em conversa com os quilombolas, o superintendente do Incra, Rui Alcides dos Santos, disse não há recursos nem técnicos suficientes para fazer o trabalho nas comunidades

Terra Indígena Araribóia, na região de Bom Jesus das Selvas. Na última sexta-feira (1º), Paulo Paulino Guajajara morreu durante emboscada de madeireiros e outro líder indígena ficou ferido na ação criminosa. Segundo o quilombola Naildo Braga,

a comunidade, infelizmente, sofre também com ameaças de invasores. "Muitas lideranças que estão aqui já foram ameaçados por grileiros. Isso se intensificou com o discurso do atual governo que fez com que esses invasores se sentissem mais amparados e fortes.

Mais que nunca estamos em alertas", frisou. Vale destacar que a regularização na titulação da terra e o reconhecimento da área, garantirá mais tranquilidade aos povos quilombolas, inclusive, no que tange as invasões e conflitos.

## Incra firma acordo com comunidades quilombolas

Em acordo parcial, fechado ontem, entre a superintendência interina do Incra/MA e o Movimento Quilombola do Maranhão, foram alinhados oito pontos estratégicos para imprimir maior celeridade aos processos de regularização fundiária. As definições envolvem mais de 30 quilombos em várias regiões do estado. Entre as definições estão: deslocamento de funcionários do Incra em algumas comunidades para conclusão de processos administrativos; alinhamento de novos prazos para conclusão dos 72 Relatórios Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de 2015 e que deveriam ser concluídos até 2018. Os quilombolas se retiraram do Incra no final da tarde dessa quarta-feira. A mobilização aconteceu no Maranhão e Bahia.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Geral

DATA

7 / 11 / 2019

PÁG.

11

# Mais quatro navios gregos investigados por vazamento de óleo

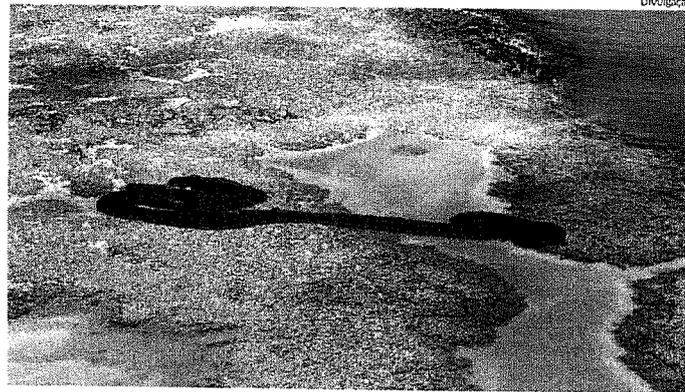
PF e Marinha tentam identificar responsáveis por derrame no litoral, mas não revelam os nomes das cinco embarcações que estariam envolvidas

BRASÍLIA

Mais quatro navios de bandeira grega, além do Bouboulina, da empresa Delta Tankers, são alvo da investigação que a Marinha do Brasil e a Polícia Federal (PF) realizam para tentar identificar os responsáveis pelo derrame de óleo cru que, desde o fim de agosto, atingiu o litoral dos nove estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe).

Oficialmente, a Marinha não revela os nomes das cinco embarcações a respeito das quais pediu informações às autoridades marítimas da Grécia, mas, em nota, a Delta Tankers, responsável pelo Bouboulina, revelou tratar-se dos navios-tanques Maran Apólo e Maran Libra (da Maran Tankers), Minerva Alexandra (Minerva Marine) e do Cap Pembroke (Euro-nav), além do Bouboulina.

Na mesma nota, a Delta Tankers informa que recebeu a notificação da Marinha brasileira somente nesta terça-feira (5). A empresa diz ainda que, no documento entregue pelo Ministério de Assuntos Marítimos da Grécia, os cinco navios gregos são tratados como suspeitos de derramamento de óleo que polui praias, mangues e a foz, ou desembocadu-



Derramamento do óleo polui praias, mangues e a foz, ou desembocaduras, de rios na costa do Nordeste

ras, de rios na costa do Nordeste.

A Delta Tankers nega ter qualquer relação com o óleo encontrado no litoral nordestino e garante que pode comprovar a regularidade de suas operações. A empresa grega afirma que inspecionou os registros gravados por câmeras e sensores existentes no interior do Bouboulina e não encontrou nenhum indício de que parte do produto que estava sendo transportado vazou.

"Este material será compartilhado de bom grado com as autoridades brasileiras, caso entrem em

contato com a empresa nesta investigação. Até agora, esse contato não foi feito", afirmou a empresa no comunicado divulgado ontem.

## Trinta Suspeitos

A Marinha informou à Agência Brasil que o pedido para notificação dos cinco navios de bandeira grega foi apresentado às autoridades da Grécia no dia 12 de outubro. Segundo a Marinha, as investigações, feitas em conjunto com a Polícia Federal, com o apoio de instituições nacionais e estrangeiras, identificou 30

navios-tanque de várias nacionalidades que navegaram próximo à costa brasileira, na região de onde o óleo pode ter se espalhado. Segundo o Centro de Hidrografia da Marinha, esse ponto inicial fica cerca de 733 quilômetros a leste do estado da Paraíba.

Dos 30 navios-tanques sob investigação, o Bouboulina é apontado como o principal suspeito pelo provável derramamento de óleo. Os investigadores afirmam que, após carregar petróleo bruto na Venezuela, a embarcação grega contor-

## VISITAÇÃO SUSPensa

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) decidiu prorrogar até o dia 14 próximo a suspensão de visitas ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos, no litoral da Bahia.

A expectativa é que possa ser reaberto aos turistas no feriado de 15 de novembro (Proclamação da República). Na prática, a suspensão das visitas entrou em vigor na segunda-feira (4), dois dias após fragmentos do óleo que já poluiu praias e mangues dos nove estados da Região Nordeste terem atingido uma pequena área do parque nacional. O ICMBio garantiu que, até a noite de terça-feira (5), nenhum novo vestígio de óleo tinha sido encontrado na região. Ainda assim, por precaução, optou por prorrogar a suspensão a fim de facilitar o trabalho de controle e remoção do óleo, e também para minimizar ao máximo os eventuais riscos à saúde de turistas.

Correntes marítimas  
O Instituto não descarta que as correntes marítimas podem voltar a carregar novos fragmentos do produto para o arquipélago, que está sendo monitorado não só por navios da Marinha e equipes do ICMBio, mas também por

pesquisadores, ambientalistas, pescadores e mergulhadores autônomos. Na segunda-feira (4), o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, esteve em Abrolhos, onde acompanhou os trabalhos de limpeza e avaliação dos impactos ambientais desenvolvidos pelas equipes da Marinha e do ICMBio. Naquela dia, o ministro garantiu que apenas "algumas poucas e pequenas manchas" de óleo bruto tinham chegado ao arquipélago, e que a substância poluente estava sendo "prontamente recolhida", inclusive com a ajuda de pescadores voluntários.

Segundo o ICMBio, uma barreira de contenção foi montada no estuário do rio Caravelas para tentar impedir que o óleo atinja o local. Cedida pela empresa Suzano Papel e Celulose, a barreira de lona sintética tem 84 centímetros de altura, sendo que 42 centímetros ficam submersos. Localizado a cerca de 70 quilômetros da cidade litorânea de Caravelas (BA), o parque nacional, criado em 1983, é uma das regiões mais ricas em biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul, com estruturas de recifes únicas.

nou a costa nordestina brasileira e seguiu viagem rumo a Cingapura e à Malásia, onde teria transferido parte do material para outro navio.

A Delta Tankers confirma que o Bouboulina partiu da Venezuela em 19 de julho, carregado com petróleo, para Melaka, na Malásia, onde descarregou toda a carga embarcada em território venezuelano,

"sem qualquer falta".

Ainda de acordo com a Marinha, os investigadores também avaliaram a hipótese de o óleo ter vazado de um "navio pirata" ou dark ship (embarcação que navega com sistemas de localização desligados), mas imagens de satélite não revelam qualquer movimentação neste sentido. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	7 / 11 / 2019	PÁG.	10

# Polícia investiga ataque a ônibus que resultou em duas mortes na BR-316

Um policial reagiu ao assalto e matou um dos assaltantes, que era presidiário de Codó; a outra vítima foi o motorista do veículo; ocorrência foi em Zé Doca

ISMAEL ARAÚJO  
Da editoria de Polícia

A Polícia Civil está investigando assalto a ônibus, que faz linha Belém a São Luís, ocorrido na madrugada desta quarta-feira, 6, no KM 190 da BR-316, entre os povoados Josias a Fortaleza, na cidade de Zé Doca, que resultou na morte de duas pessoas. Segundo a polícia, uma das vítimas foi o motorista do veículo, Haroldo Scatibal Ferreira, de 35 anos, enquanto a outra foi Francisco das Chagas Araújo Cunha, Skeik, de 32 anos, que cumpria pena no regime semiaberto na Unidade Prisional de Codó.

O caso está sendo investigado pela equipe da Delegacia Regional de Zé Doca, coordenada pelo delegado Jader Alves. A polícia também informou que essa ação criminosa foi realizada por cinco bandidos, que estavam portando arma de fogo, e havia no ônibus 13 pessoas.

As incursões estão sendo realizadas pelas Polícias Militar e Civil na região, mas até o começo da noite não tinha registro de prisão. Ainda de acordo com a polícia, Francisco das Chagas era um dos principais suspeitos de ter assassinado Tallyson de Lima Santos, de 22 anos. O crime ocorreu na noite do dia 11 de outubro deste ano, na residência da vítima, localizada no bairro São Raimundo, em Codó.



Ônibus, que foi alvo da ação criminosa de cinco bandidos armados

## Ação criminosa

A polícia informou que os assaltantes instalaram o clima de terror. Eles efetuaram vários tiros dentro do veículo e tomaram os pertences das vítimas. Uma das balas atingiu o motorista Haroldo Scatibal e morreu ainda no local. No ônibus, havia um policial e acabou reagindo ao assalto. Houve troca de tiros. Um dos criminosos foi alvejado e veio a falecer. O piso e as cadeiras do veículo ficaram com marcas de tiros e sangue. Os outros bandidos conseguiram fugir.

A polícia foi acionada e realizou rondas pela região, mas não conseguiram prender os quadrilheiros. Enquanto, os corpos das vítimas foram removidos para o Hospital Municipal de Zé Doca para serem autopsiados e, em seguida, liberados para os familiares. A Polícia Civil vai investigar o caso e no trecho dessa estrada federal onde ocorreu o assalto há vários buracos. Os motoristas ao passar por esse local diminuem a velocidade do veículo e tornam alvo fácil dos bandidos.

No trecho dessa BR, que passa pela cidade de Olho d'Água das Cunhãs, no dia 3 de setembro deste ano, dois criminosos foram mortos e uma pessoa foi baleada no decorrer de um assalto a um ônibus interestadual. Havia um policial no veículo e reagiu ao assalto. Um dos mortos foi identificado como Ednair Oliveira Coelho, enquanto, o ferido teve que ser levado para o Hospital Municipal de Pio XII.

ram a presenciar o detido colocando a substância no reservatório, na última terça-feira, e duas pessoas passaram mal após ingerir a água.

Elas foram levadas para o Hospital Municipal de Santa Inês e ainda ontem estão em observação médica. O detido disse para a polícia que sofre bullying nesse povoado e negou que tenha envenenado a água. "Vamos investigar para saber o que realmente aconteceu e ouviremos mais pessoas durante a semana", explicou o delegado.

## Homem é preso por envenenar pessoas

Detido teria colocado veneno no reservatório de água e duas pessoas passaram mal em Monção

Edmilson Correa Cardoso, de 49 anos, foi preso acusado de tentar envenenar um grupo de pessoas ao derramar agrotóxicos no reservatório de água da comunidade de Severino, localizado na zona rural de Monção. A polícia informou que os

moradores dessa localidade são parentes do suspeito.

O caso está sendo investigado pela equipe da Delegacia Regional de Santa Inês. O delegado Elson Ramos declarou que moradores dessa localidade chega-

## SAIBA MAIS

### Tentativa de homicídio

Paulo Antônio Viegas Silva, que é um dos envolvidos da morte de Ricardo Bruno Costa Pereira, foi baleado no começo da noite de terça-feira, 5, no Jardim São Cristóvão, e ainda ontem estava internado no Hospital Municipal Socorro II, localizado na área da Cidade Operária.

O delegado Carlos Alessandro de Assis, superintendente da Polícia Civil da Capital, informou que o caso de tentativa de assassinato sofrida por Paulo Viegas vai ser investigada pela equipe da Superintendência de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP) e há suspeita de ter sido cometido por dois criminosos, que fugiram em uma motocicleta. Carlos Alessandro também declarou que na noite do último sábado Paulo Antônio estava no veículo Astra em companhia de mais três homens. O carro colidiu na motocicleta conduzida por Ricardo Bruno, na avenida Principal da Cidade Operária.

Em seguida, o motociclista foi atropelado e morreu no local. Esse caso estava sendo investigado pela equipe da Delegacia da Cidade Operária (Decop), inclusive, Paulo Antônio chegou a ser ouvido pela polícia na tarde da última terça-feira. "Paulo Antônio é parente do outro envolvido na morte de Ricardo Bruno", comentou o delegado.



Ivanildo Paiva foi morto a tiros no dia 11 de novembro de 2018

## Acusados de matar prefeito vão a júri

Oito pessoas foram presas, mas, apenas cinco serão julgadas; Ivanildo foi morto a tiros

O Poder Judiciário decidiu que os acusados do assassinato do prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva, serão submetidos a júri popular, mas ainda não definiu a data do julgamento. O gestor municipal foi morto a tiros no dia 11 de novembro do ano passado, naquela cidade. De acordo com a polícia, cerca de R\$ 200 mil teria sido o valor cobrado pelos executores do crime. A motivação seria de cunho político e econômico. No decorrer do inquérito policial, oito pessoas foram presas, mas, apenas cinco tiveram comprovação no assassinato.

Segundo a polícia, o vice-prefeito de Davinópolis, José Rubem Firmo; o empresário Antônio José Messias foram apontados na investigação como mandantes do crime, enquanto, os policiais militares Francisco de Assis Bezerra Soares, Tita, Willame Nascimento da Silva, Mata

Índio; e o mecânico José Benilton Bezerra Feitosa Guimarães, Boca Rica, foram apontados como os executores do crime.

A decisão foi do juiz titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Marcos Antônio Oliveira, e ainda manteve a prisão preventiva dos cinco acusados. Ivanildo Paiva foi encontrado morto com perfurações de sete tiros e com os pés e mãos amarrados em uma área de matagal, na zona rural de Davinópolis, no dia 11 de novembro do ano passado.

No dia anterior, dois homens foram até a chácara da vítima, nessa localidade, e teriam perguntado ao caseiro, onde encontrariam terras naquela região para comprar. Eles chegaram a pedir informações sobre o prefeito. Logo após, o prefeito desapareceu. ●

## Mãe e filha acusadas de matar um homem

A vítima levou seis tiros dentro de sua residência e era ex-companheiro de uma das acusadas

Adriana Marinho Martins e a sua filha, uma adolescente, de 17 anos, foram presas no último dia 5, segundo a polícia, suspeitas de assassinarem Augusto Cassius Gonçalves Costa. A vítima era pai da menor de idade e o crime ocorreu no mês de janeiro deste ano, no povoado São José, zona rural de Anajatuba.

A polícia ainda informou que Adriana Martins foi presa por ordem judicial e apreensão da adolescente em cumprimento de internação. Elas foram abordadas no bairro São Benedito, em Anajatuba, e apresentadas na Delegacia Regional de Itapecuru-Mirim, onde tomaram as devidas providências.

A vítima levou seis tiros dentro de sua residência, no povoado São José, e, após o crime, as acusadas tomaram rumo ignorado. O corpo da

vítima foi levado para o Hospital Municipal de Anajatuba. As detidas disseram para a polícia que a vítima era usuária de droga e sofriam agressão física.

### Na capital

Os facionados Matheus Pinho Costa, de 21 anos; e Hilton José da Piedade Cardoso, de 29 anos, foram presos ontem, no bairro do Anil, de acordo com a polícia, acusados de tráfico de droga. Em poder deles, foram apreendidos cocaína e três fardas da Polícia Militar com símbolos referentes a patentes de coronel e soldado como também boinas e coletes balísticos. Há suspeitas que os detidos vinham utilizando o fardamento para cometerem assaltos, excursões a comerciantes da Ilha e ataque a grupos rivais. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<b>O IMPARCIAL</b>			
EDITORIA			
Vida			
DATA	7 / 11 / 2019	PÁG.	9

MARANHÃO

## Duas pessoas morrem durante assalto a ônibus



MOTORISTA HAROLDO SETÚBAL FERREIRA MORREU BALEADO

MANUELA VIEIRA

Cinco homens armados assaltaram, na madrugada de ontem, quarta-feira (6), um ônibus de viagem, que fazia linha Belém-PA/São Luís-MA.

O veículo que saiu da capital maranhense em direção a cidade localizada na região Norte do país, foi interceptado na BR-316, entre os povoados Josias e Portaleza.

Durante o assalto, os bandidos dispararam contra o motorista identificado como Haroldo Setúbal Ferreira, 35 anos, natural do Ceará.

A vítima não resistiu a gravidade dos ferimentos e morreu no local, segundo a polícia.

Informações revelam que um policial, que estava no interior do veículo, reagiu ao assalto e teria trocado tiros com os criminosos.

Um dos bandidos identificado como "Sheik", foi baleado e também morreu no local do fato. Os outros suspeitos conseguiram fugir.

A polícia foi acionada para realizar o resgate dos passageiros sobreviventes e recolher os corpos das vítimas atingidas. O caso continua sendo investigado.

Até o fechamento desta matéria a polícia não havia identificado os fugitivos.

MONÇÃO

## Homem tentar envenenar parentes



EDMILSON REVELOU QUE SOFRE DISCRIMINAÇÃO NO LOCAL

Um homem identificado como Edmilson Corrêa Cardoso, foi preso por suspeitas de tentar envenenar pessoas de uma comunidade de Severino, na cidade de Monção, distante cerca de 150 km da capital maranhense.

Segundo a polícia, ele teria derramado agrotóxicos no reservatório de água que os moradores utilizam. Duas pessoas acabaram passando mal. Elas foram levadas ao hospital e permanecem sob cuidados médicos.

Informações dão conta de que o suspeito foi visto, por pessoas da região, derramando uma substância desconhecida, no reservatório de água. A partir daí, alguns passaram a suspeitar de Edmilson como sendo o possível autor do envenenamento.

Edmilson foi capturado pela polícia, mas negou que tenha sido responsável pela intoxicação em massa. O suspeito revelou em depoimento sofrer discriminação por parte das pessoas que convivem com ele na região.

Vale ressaltar que as pessoas da comunidade citada são quase todas familiares do suspeito. O caso está sendo conduzido pela Delegacia Regional de Santa Inês.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA

7 / 11 / 2019

PÁG.

12

## PC cumpre mandados de prisão, busca e apreensão em Rosário



Marcelo Leandro e Victor Leonardo foram presos durante Operação Metrópole

A Polícia Civil cumpriu mandados de prisão, busca e apreensão em Rosário, nessa quarta-feira (6), durante a Operação Metrópole. Foram presos Marcelo Leandro Cautanhede Silva e Victor Leonardo Freitas Gomes. Marcelo Leandro foi preso em decorrência de dois mandados de prisão, sendo um mandado de prisão preventiva pelo crime de homicídio tentado expedido pela comarca de Itaú/MA, e outro

mandado de prisão definitiva pelo crime de Tortura. Já Victor Gomes foi preso em flagrante delito pelo crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido em virtude de estar na posse de um revólver calibre 38, com cinco munições intactas, em sua residência. Após os trabalhos, os presos foram prontamente encaminhados ao Sistema Prisional, onde ficarão à disposição do Poder Judiciário.

## Após roubar moto, homem é preso no Condomínio Village

Na Estrada do Cajueiro, do Condomínio Village Indaítuba, bloco 01, apto 307, por volta das 23h30 dessa quinta-feira (5), policiais do 22º Batalhão da Polícia Militar localizaram uma motocicleta que havia sido roubada horas antes. João Paulo dos Santos, de 35 anos, foi quem realizou o assalto. Ele é morador do bairro Cohab Anil II. De acordo com a polícia, a vítima do roubo da motocicleta acompanhou a ação dos policiais no Condomínio Village, e reconheceu João Paulo. O assalto

ocorreu por às 19h30 de quinta-feira, no Cohatrac. A localização do veículo foi possível, devido ao dono da moto ter um mecanismo de rastreamento da motocicleta. Segundo a polícia, a síndica do condomínio informou pela imagem das câmeras, em qual apartamento estava João Paulo. O apartamento está alugado para Tiago Gonzaga da Silva (testemunha). No apartamento a polícia encontrou um revólver calibre ponto 30, seis munições intactas, a motocicleta roubada, e o celular da vítima.

## Jovem suspeito de praticar roubo sofre tentativa de linchamento em Imperatriz

Às 13h de ontem (6), Gabriel Rodrigues de Sousa, de 21 anos, sofreu uma tentativa de linchamento, no bairro Boca da Mata, em Imperatriz. Segundo a polícia, populares perceberam quando Gabriel Rodrigues roubou um celular; o suspeito foi perseguido e iniciaram as

agressões. Gabriel estava com uma arma de fogo de fabricação caseira. Ferido, o assaltante foi levado para o Hospital Municipal de Imperatriz. E depois de ser atendido por um médico, foi levado para a delegacia.

## Doze vereadores são presos na PB por forjar participação em evento

Policiais da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco), da Polícia Civil da Paraíba, prenderam 11 dos 19 vereadores de Santa Rita, cidade da Grande João Pessoa, na madrugada de ontem. Os parlamentares são suspeitos de forjar a participação em um evento que, segundo eles, ocorreu em Gramado (RS), para pagar com dinheiro público as despesas com a viagem.

Além dos políticos de Santa Rita, também foram detidos um contador da Câmara Municipal de Santa Rita e um vereador da cidade de Lagartos (CE). O grupo foi preso pouco após deixar o Aeroporto de Recife, onde desembarcou ao retornar de Gramado. Segundo o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público da Paraíba (MP-PB), eles alegaram que participariam de um seminário, que sabiam que não ocorreria, para passear no município turístico da Serra Gaúcha às custas do dinheiro público. De acordo com o promotor do Gaeco, Romualdo Tadeu de Araújo Dias, a viagem dos

políticos para participar do suposto seminário que, segundo o grupo, ocorreria entre os dias 29 de outubro e 4 de novembro, chegou a ser noticiada na imprensa regional. Com base em dados da própria Câmara Municipal, o Ministério Público estima que as passagens aéreas, hospedagem e outras despesas custaram ao menos R\$ 71 mil aos municípios. Só as inscrições no seminário que, segundo o MP-PB, jamais ocorreu, custaram R\$ 8.400, ou cerca de R\$ 760 cada. "Verificaram-se indícios de que, na verdade, este seminário seria uma forma de desviar dinheiro público", disse Dias, explicando que as investigações tiveram apoio do Ministério Público do Rio Grande do Sul e da Polícia Civil de Sergipe. "Foi identificado que só 13 pessoas participaram do evento divulgado, dentre elas 11 vereadores de Santa Rita; um contador da Câmara Municipal de Santa Rita e um vereador da cidade de Lagartos (CE)", acrescentou o promotor, sem saber informar se algum dos investigados viajou acompanhado por parentes, amigos ou assessores.

## PF vai investigar depoimento de porteiro do condomínio de Bolsonaro

A Polícia Federal (PF) no Rio de Janeiro abriu ontem (6) um inquérito para investigar o depoimento prestado por um dos porteiros do condomínio onde o presidente Jair Bolsonaro tem uma casa, no Rio de Janeiro. O pedido de abertura de investigação foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF) e vai apurar se o porteiro mentiu em depoimento prestado nas investigações do caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido no ano passado. A investigação vai apurar o cometimento dos crimes de obstrução de Justiça, falso testemunho e denúncia caluniosa. Na semana passada, o Jornal Nacional, da TV Globo, noticiou que registros do condomínio Vivendas da Barra, e também o depoimento de um dos porteiros à Polícia Civil, deram conta de que um dos suspeitos do assassinato, o ex-policia militar Elicio Queiroz, esteve, horas antes do crime, na casa do sargento aposentado da Polícia Militar Ronnie Lessa, suspeito de ser o executor da ação, que mora no local. Segundo o Jornal Nacional, em

depoimento, o porteiro informou que Elicio Queiroz anunciou que iria não à casa de Lessa, mas à de número 58 do Vivendas da Barra, que é a residência de Jair Bolsonaro no Rio de Janeiro. Ainda segundo a reportagem, em seu depoimento, o porteiro afirmou ter telefonado para a casa do então deputado federal e que "seu Jair" havia autorizado a entrada do visitante. Contudo, registros de presença da Câmara dos Deputados demonstram que naquele dia o então deputado estava em Brasília. Para o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), o porteiro mentiu sobre a ligação para a casa da família do presidente. Após os acontecimentos, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, pediu ao procurador-geral da República, Augusto Aras, a abertura de um inquérito para apurar "todas as circunstâncias" da citação do nome do presidente Bolsonaro. Em seguida, Aras remeteu o pedido para o MPF-RJ, que pediu a abertura do inquérito à PF. Na mesma decisão, o procurador-geral arquivou a citação por entender que não havia evidências de crime. (AGÊNCIA BRASIL)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	7 / 11 / 2019	PÁG.	12

## Assalto a ônibus causa a morte de duas pessoas em Zé Doca

Por volta das 2h30 de ontem (6), um assalto a um ônibus entre os povoados Josias e Fortaleza, no município de Zé Doca, terminou com a morte de um dos cinco assaltantes, identificado como "Cheique", e do motorista do ônibus

Haroldo Setúbal Ferreira, de 35 anos. O ônibus seguia de Belém para São Luís com 11 passageiros e dois motoristas. O assalto aconteceu no Km 190 da BR-316. As testemunhas disseram à polícia que os bandidos

atiraram no motorista Haroldo Setúbal, logo quando anunciaram o assalto.

Em seguida, um passageiro armado reagiu e trocou tiros com os assaltantes. Segundo os outros passageiros, o homem era um

policia rodoviário federal que seguia viagem. Na troca de tiros, um dos assaltantes foi atingido e morreu. Nenhum outro passageiro foi ferido. A Polícia Militar foi acionada e resgatou as vítimas. Já os outros quatro assaltantes fugiram.

## Polícia prende mãe e filha suspeitas de envolvimento com homicídio

Foi presa na noite de ontem (5), em Anajatuba, Adriana Marinho Martins, suspeita de matar seu próprio companheiro, com a ajuda da filha, uma adolescente de 17 anos, que foi apreendida pela polícia. A vítima, identificada como Augusto Cassius Gonçalves Costa, de 44 anos, foi morto a tiros, dentro de casa, no povoado São José, no dia 29 de janeiro deste ano.

À época, as investigações apontaram que dois homens armados invadiram a casa de Augusto e dispararam seis tiros contra ele, que morreu no local. A Polícia Civil descobriu que os autores dos disparos foram Helton Melônio Pereira e

Franciomar Costa Travassos. Eles foram presos no último dia 30 de outubro. Segundo a polícia, o grupo do qual Helton Melônio e Franciomar Costa eram integrantes, teria cometido uma série de homicídios, além de tráfico de drogas, porte ilegal de arma, prevaricação e exploração de jogo de azar no interior do Estado.

Contudo, após prender Helton e Franciomar, a polícia encontrou indícios de um possível envolvimento de Adriana Marinho Martins e da adolescente na morte de Augusto Cassius Gonçalves Costa. A polícia ainda não divulgou a motivação do crime. O caso continua sendo investigado.

DIVULGAÇÃO



Adriana Marinho Martins e sua filha foram presas em Anajatuba